



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
VICE-PRESIDÊNCIA

PROCESSO Nº 2004981-72.2022.8.26.0000
REQUERENTE: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
REQUERIDO: SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO - SIMESP

Vistos.

Trata-se de dissídio coletivo de greve, com pedido liminar, ajuizado pelo Município de São Paulo em face do Sindicato dos Médicos de São Paulo – SIMESP, em razão da notícia de deflagração de greve dos servidores municipais da categoria profissional de médicos no próximo dia 19 de janeiro de 2022.

Sustenta, em síntese, a ilegalidade do movimento paredista, vez que “a notificação enviada à Secretaria Municipal de Saúde não se fez acompanhar do Estatuto do Suscitado, Atas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
VICE-PRESIDÊNCIA

das Assembleias que deliberaram pela deflagração da greve, da proposta de reivindicação constante na notificação e tampouco asseguraram detalhadamente o mínimo de servidores necessários para evitar a solução de continuidade do serviço público essencial” (fl. 2).

Defende, outrossim, a inexistência do direito de greve dos trabalhadores que exerçam função pública essencial relacionada à manutenção da saúde pública e que o Sindicato não teria observado os comandos da Lei Federal nº 7.783/89 (fls. 1/19).

Requer, assim, seja concedida liminar para determinar “que a integralidade dos médicos da atenção primária à saúde no Município de São Paulo não interrompa as suas funções e as prestem em sua total normalidade, garantindo a continuidade do serviço essencial de saúde pública, vedando-se qualquer paralisação, ainda que parcial, das atividades até o julgamento definitivo deste dissídio, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), cominada à entidade suscitada e a seus respectivos dirigentes, em caráter de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
VICE-PRESIDÊNCIA

solidariedade” (fls. 18/19). No mérito, pleiteia, após a realização da audiência de conciliação, “seja julgada ABUSIVA a intenção de deflagração de greve pelos médicos da atenção primária à saúde no Município de São Paulo, determinando a continuidade do trabalho ou seu retorno, caso a greve tenha sido iniciada, confirmando-se a medida liminar” (fls. 18/19).

É o relatório.

Conforme consta da petição inicial, os servidores municipais da categoria profissional de médicos decidiram, em Assembleia realizada no dia 13/01/2022, pela paralisação de suas atividades profissionais no próximo dia 19/01/2022 (fls. 20).

Como é cediço, a Constituição Federal, em seu art. 9º, *caput*, c.c. art. 37, VII, assegura aos trabalhadores o direito à greve.

O direito de greve dos servidores públicos civis da iniciativa pública está previsto em norma constitucional de eficácia limitada e, em razão da omissão legislativa, o C. Supremo Tribunal Federal, nos autos dos Mandados de Injunção nºs.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
VICE-PRESIDÊNCIA

670, 708 e 712, adotou a posição concretista geral, determinando a aplicação temporária ao setor público, no que couber, da Lei de Greve vigente no setor privado, até que o Congresso Nacional edite a lei regulamentadora.

Não obstante, o C. STF, ao analisar a possibilidade do exercício do direito de greve dos policiais civis, sufragou, em sede de repercussão geral, o entendimento de que *"é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública"* (ARE 654.432/GO).

Outrossim, em relação aos serviços públicos de saúde pública, a Suprema Corte já assentou que *"os servidores públicos são, seguramente, titulares do direito de greve. Essa é a regra. Ocorre, contudo, que entre os serviços públicos há alguns que a coesão social impõe sejam prestados plenamente, em sua totalidade. Atividades das quais dependam a manutenção da ordem pública e a segurança pública, a administração da Justiça onde as carreiras de Estado, cujos membros exercem atividades indelegáveis, inclusive as de exação tributária e a*



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 VICE-PRESIDÊNCIA

saúde pública não estão inseridos no elenco dos servidores alcançados por esse direito". (RCL 6568, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 21/05/2009 - g.n.).

Destarte, a prestação de serviços públicos essenciais, nos termos do artigo 10 da lei 7.783/89, não pode sofrer interrupção, sob pena de danos irreparáveis à população que deles necessita, especialmente *“diante de uma PANDEMIA mundial, com aumento progressivo das contaminações em razão da variante ômicron e da propagação das síndromes gripais pelo H3N2”* (fl. 07).

Vale dizer, não obstante a greve seja um direito social que encontra guarida constitucional, o cenário atualmente vivenciado é de extrema excepcionalidade, em que hospitais e leitos se encontram sobrecarregados, com altas taxas de ocupação e enormes filas de pacientes na espera de atendimento, em razão do recrudescimento da pandemia causada pela Covid-19 e do surto de síndromes gripais decorrentes do vírus da influenza.

Com efeito, consoante afirmado pelo Município de São Paulo em sua inicial, *“[t]odo o*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
VICE-PRESIDÊNCIA

sistema de saúde foi mobilizado para o atendimento dos infectados, com a finalidade última de salvar o maior número de vidas possível e conter o avanço do vírus, o qual, segundo o Boletim Diário Covid-19, emitido pela Secretaria Municipal da Saúde em 13 de janeiro de 2022, suscitou 1.641.202 casos confirmados e 39.627 óbitos desde o início da pandemia” (fl. 02). Destacou, ainda, que “enquanto o Boletim Diário de 13 de janeiro de 2022 sinalizou uma taxa de ocupação de leitos de UTI em torno dos 58%, há um mês, a mesma estatística atingia os 30% em São Paulo. É imperioso, portanto, que reacendamos o alerta para a tomada de medidas emergenciais destinadas sobretudo ao cuidado com as vidas humanas que estejam ao nosso alcance, de modo a salientar a premente necessidade de contarmos com todos os profissionais da saúde” (fl. 03).

Assim sendo, embora seja direito dos trabalhadores, a greve é medida excepcional, que exige, tanto dos servidores, quanto dos gestores públicos, comportamento responsável a fim de que seja priorizado o interesse daqueles a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
VICE-PRESIDÊNCIA

quem são prestados os serviços - os cidadãos.

E, na hipótese, ao menos nessa fase de cognição perfunctória, a greve dos médicos municipais se afiguraria abusiva, na medida em que a paralização nos serviços de saúde pública no Município de São Paulo, a esta altura, ainda que parcialmente, poderá causar dano irreparável ou de difícil reparação aos cidadãos, até mesmo levá-los ao óbito pela falta de atendimento.

Destarte, presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, imprescindível o deferimento da liminar pleiteada.

Do exposto, ante os graves prejuízos que podem ser causados à população pela paralisação e considerando a proximidade da data da audiência de conciliação que será designada, defiro o pedido liminar para determinar que a integralidade dos servidores municipais da categoria profissional de médicos permaneça em atividade, sob pena de multa diária de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), em caso de descumprimento.

Por fim, tendo em vista a retomada dos prazos processuais e a autorização para a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
VICE-PRESIDÊNCIA

prática de audiências virtuais por meio de videoconferência, nos termos do Provimento CSM nº 2.555/2020, dos Provimentos nº 2.556/2020 e nº 2.560/2020, e do Comunicado CG nº 284/2020, no intuito de dar prosseguimento ao presente feito, designo audiência de conciliação para o dia 27 de janeiro de 2022, às 14:00 horas, nos termos do artigo 239, §1º, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça e do artigo 860 da Consolidação das Leis do Trabalho, que será realizada por meio de audiência virtual pelo sistema de videoconferência *Microsoft Teams* e armazenada no aplicativo *OneDrive*, nos termos das normas supramencionadas, providenciando a serventia o necessário.

Sem prejuízo, informe o requerente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, nome completo, com endereço eletrônico e número de telefone celular e fixo do(s) participante(s) da audiência.

Intimem-se o Município de São Paulo, o Sindicato dos Médicos de São Paulo — SIMESP, nos termos do artigo 841 da Consolidação das Leis do Trabalho, e o representante do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
VICE-PRESIDÊNCIA

Ministério Público da data da audiência designada, bem como para que indiquem nos autos nome completo, endereço eletrônico e número de telefone celular e fixo do(s) participante(s) da audiência, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de sua realização para encaminhamento do link de acesso.

Int.

São Paulo, 18 de janeiro de 2022.

GUILHERME GONÇALVES STRENGER
Vice-Presidente
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo